

Governo diz que já atendeu ao TCU

A Secretaria de Segurança Pública (SSP) do Distrito Federal rebateu, ontem, as denúncias da CPI do Orçamento sobre superfaturamento e irregularidades na licitação das obras de ampliação da Penitenciária da Papuda. Em nota divulgada no final da tarde, a SSP informa que a Construtora OAS já substituiu a carta de fiança da Coesa Comércio e Engenharia Ltda, empresa da qual a OAS é acionista majoritária, por uma fiança bancária do Banco Nacional. Essa era uma das irregularidades apontadas.

A nota informa que a troca da garantia foi feita depois de uma inspeção da Secretaria de Controle Interno do Ministério da Justiça (Ciset/MJ). "Nenhuma outra recomendação ou crítica foram feitas pela Ciset/MJ, em qualquer das prestações de contas", acrescenta. A SSP afirma que, quanto a uma possível combinação de preços entre as empresas participantes do consórcio vencedor da licitação, o relatório do TCU isenta o Governo do DF, "na medida em que afirma que pode constatar

que o sigilo de todos os procedimentos foi preservado".

A Secretaria nega o superfaturamento, como teria constatado o TCU. De acordo com a SSP, os técnicos do tribunal "tomaram por base para levantamento dos custos, o custo parcial de uma residência em Brasília. "Como comparar os custos de uma residência com os custos de um presídio de segurança máxima?", pergunta. O texto afirma que o custo médio do presídio foi apurado por engenheiros da Assessoria de Obras da Secretaria, que verificaram estar abaixo do preço médio com o qual trabalham os técnicos do Departamento Penitenciário do Ministério da Justiça (Depen/MJ). De acordo com a nota, o custo médio por metro quadrado do Depen/MJ é de 1,37 mil dólares, enquanto o custo médio da construção na Papuda é de um mil dólares.

O texto divulgado não se refere ao envolvimento da Construtora Argon, do deputado distrital Taíde Roriz, no consórcio vencedor.